

INTECOOP e NESIC: 20 anos de incubação de cooperativas populares na UCPEL

Renato Della Vechia, Aline Mendonça dos Santos, Tiago de Garcia Nunes, Antônio Carlos Martins da Cruz e Solaine Gotardo

Otra Economía, vol. 12, n. 21:168-183, enero-junio 2019. ISSN 1851-4715

INTECOOP e NESIC: 20 anos de incubação de cooperativas populares na UCPEL

INTECOOP y NESIC: 20 años de incubación de cooperativas populares en la UCPEL

INTECOOP and NESIC: 20 years of incubation of popular cooperatives at UCPEL

Renato Della Vechia*

rdellavechia@gmail.com

Aline Mendonça dos Santos**

nocams@gmail.com

Tiago de Garcia Nunes***

nunestg@gmail.com

Antônio Carlos Martins da Cruz****

antoniocruz@uol.com.br

Solaine Gotardo*****

mana.gotardo@gmail.com

Resumo: Ao longo de 20 anos, um grupo de professores, estudantes e técnicos (que se sucederam ao longo dos anos), construiu e manteve a existência de um espaço importante de extensão dentro da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL): um núcleo de apoio à construção de empreendimentos de economia solidária. Durante este período a economia solidária na UCPEL envolveu algumas centenas de universitários e acadêmicos. Existe uma tradição em comemorarmos os “anos redondos”. Nessa perspectiva, este artigo busca resgatar momentos importantes do processo da incubação de empreendimentos de economia solidária. Busca construir algum tipo de reflexão a respeito dessa história. Um resgate para que a mesma não seja esquecida e que permita um balanço sobre nossos erros e acertos, instrumento metodológico fundamental para a melhoria da intervenção nos processos extensionistas. Esse artigo, portanto, é ao mesmo tempo um levantamento documental de momentos importantes do processo de incubação e ao mesmo tempo o início de uma reflexão sobre um longo processo de intervenção universitária junto a grupos de trabalhadores precarizados.

Palavras-chave: economia solidária, incubação de cooperativas, NESIC/UCPEL.

Resumen: A lo largo de 20 años, un grupo de profesores, estudiantes y técnicos (que se sucedieron a lo largo de

* Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

*** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

**** Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

***** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

los años), construyó y mantuvo la existencia de un espacio importante de extensión dentro de la Universidad Católica de Pelotas (UCPEL): un núcleo de apoyo a la construcción de emprendimientos de economía solidaria. Durante este período la economía solidaria en la UCPEL involucró a algunos cientos de universitarios y académicos. Hay una tradición en celebrar los "años redondos". En esta perspectiva, este artículo busca rescatar momentos importantes del proceso de la incubación de emprendimientos de economía solidaria. Busca construir algún tipo de reflexión acerca de esta historia. Un rescate para que la misma no sea olvidada y que permita un balance sobre nuestros errores y aciertos, instrumento metodológico fundamental para la mejora de la intervención en los procesos extensionistas. Este artículo, por lo tanto, es un levantamiento documental de momentos importantes del proceso de incubación y al mismo tiempo el inicio de una reflexión sobre un largo proceso de intervención universitaria junto a grupos de trabajadores precarizados.

Palabras clave: economía solidaria, incubación de cooperativas, NESIC/UCPEL.

Abstract: For over 20 years, a group of professors, students and technicians (who have been replaced over the years) have built and maintained an important University extension space within the Catholic University of Pelotas (UCPEL): a nucleus to support the development of solidary economy business enterprises. A few hundred university students were involved during this period in the solidary economy projects at UCPEL. There is a tradition of celebrating the first years of a decade. From this perspective, this article seeks to rescue important moments of the incubation process of those solidarity economy enterprises. It aims to instigate some kind of reflection about this history. An appraisal so that history is not forgotten, allowing us to make a balance of where we went wrong and where we were right. A fundamental methodological instrument for the improvement of our academic extension processes. This article, therefore, is a documentary survey of important moments in the incubation process and at the same time the beginning of a reflection on a long process of university intervention within groups of workers in precarious conditions.

Key words: solidary economy, incubation of cooperatives, NESIC/UCPEL.

Introdução

Ao longo de 20 anos, um grupo de professores, estudantes e técnicos (que se sucederam ao longo dos anos), construiu e manteve a existência de um espaço importante de extensão dentro da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL): um núcleo de apoio à construção de empreendimentos de economia solidária. Centenas de estudantes passaram por cursos de 20 e ou 40 horas sobre cooperativismo e incubação (somente no ano de 2000, mais de 150 estudantes foram cadastrados nos seus cursos); dezenas de professores (também, somente no ano de 2000, 12 professores integravam a iniciativa, sendo que atualmente a maioria deles já estão aposentados). Por fim, também dezenas de estudantes e profissionais passaram por esse processo na condição de bolsistas e ou técnicos. Esse é um levantamento que ainda precisa ser feito de forma organizada, pois precisaríamos de um tempo para resgatar os relatórios e documentos de nossa história para identificarmos todos os agentes envolvidos. Mas com certeza a economia solidária na UCPEL envolveu algumas centenas de universitários e acadêmicos.

Existe uma tradição em comemorarmos os “anos redondos”. Nesse sentido, avaliamos que no momento que marca os 20 anos de incubação na UCPEL, deveríamos construir algum tipo de reflexão a respeito de nossa história. Seja motivados por um resgate para que a mesma não seja esquecida, seja por permitir um balanço sobre nossos erros e acertos, instrumento metodológico fundamental para a melhoria de nossa intervenção.

Esse artigo, portanto, é um levantamento documental de momentos importantes do processo de incubação e ao mesmo tempo o início de uma reflexão sobre nossa prática extensionista.

Para dar conta desta reflexão, este artigo está dividido em três momentos. Primeiramente discutimos o papel da extensão universitária no contexto da universidade brasileira, logo contextualizamos o processo de formação das incubadoras tecnológicas no Brasil e, por fim, apresentamos a experiência

da INTECOOP e do NESIC.

A universidade brasileira e a extensão universitária

A história política da universidade no Brasil foi escrita a partir de uma função bem delimitada no sistema colonial: a formação de quadros profissionais de elite – da Igreja ou da aristocracia agrária – com o conhecimento necessário à reprodução da ordem social. Isto não impedia, entretanto, que as universidades fossem foco de agitação e questionamentos (Santos e Cruz, 2008).

Mas, com as aspirações republicanas e o crescimento da classe média urbana, as universidades se abriram pouco a pouco aos setores intermediários. E a partir do final da segunda guerra mundial, com a elevação da juventude a uma categoria social de importância renovada, as reivindicações estudantis passaram a ocupar uma cena ainda maior que no passado.

Assim, a universidade tornou-se um lugar de contradição, se por um lado é compreendida como lugar de reprodução do status quo, por outro abre brechas para sua contestação.

A ideia da universidade como um centro de pesquisa científica, tem pouco tempo, remonta ao começo do Século XX. Na América Latina, a pesquisa científica esteve sempre a cargo de instituições formadas especialmente para isto. Apenas a partir dos anos 1960 é que as universidades começaram a centralizar de forma mais evidente esta função.

Sua consolidação, entretanto, parece ter chegado tarde. A partir dos anos 1980, a função científica da universidade começou a ser esvaziada nos países centrais do capitalismo, transferindo a pesquisa para centros privados corporativos, com investimentos impensáveis para as universidades. Ou, sob outra fórmula, centros de pesquisa universitários foram praticamente “arrendados” às corporações em muitas universidades dos países mais desenvolvidos.

Na América Latina, os anos 1980 e 1990 foram as décadas do desmonte das universidades públicas e de sua função de pesquisa científica. A estratégia de algumas comunidades universitárias – geralmente contestadas por grupos não hegemônicos – tentou vincular a pesquisa científica às empresas e corporações como forma de obter recursos orçamentários cada vez mais escassos (Dagnino, 2004).

Nos primeiros anos do século XXI, nos governos petistas, houve um incremento dos investimentos na área da educação bastante significativos, no entanto, por mais importante que tivesse sido este investimento, não foi suficiente para modificar o seu caráter hegemônico conservador. As universidades brasileiras continuaram via de regra reproduzindo seu papel dependente na economia internacional e reproduzindo discursos de um viés ideológico liberalizante.

E o que restou para o espaço da universidade? Muito pouco. Em que pese o fato de que uma minoria de brasileiros que cursam a escola de grau universitário, orçamentos e salários foram reduzidos, a explosão do número de vagas nos cursos superiores de instituições privadas acompanhou o aviltamento das condições de trabalho para os professores do ensino superior. Mais aulas, mais alunos em cada sala, menos tempo para pesquisa e para a extensão, menos possibilidades de ascensão profissional.

Atualmente todo o sistema educacional do país ainda vive um momento de apreensão e repressão através do próprio Ministério da Educação, controlado por um discurso religioso fundamentalista, por uma prática de controle ideológico dos espaços de ensino (projeto escola sem partido, militarização de escolas de segundo grau; cooperação técnica entre universidades e instituições militares, etc.), bem como uma visão profundamente privatista do processo educacional.

Neste contexto não é à toa que cada vez mais as grandes universidades (públicas) têm se transformado numa arena de disputas por verbas, enquanto as universidades particulares venham se transformando cada vez mais numa fábrica taylorista de técnicos das áreas humanas: advogados, contadores, administradores, comunicadores, psicólogos. Onde o investimento essencial é a sala, a

cadeira, o quadro e o professor (Neves et al., 2002).

Durante muito tempo a legislação brasileira reportou-se apenas às instituições educacionais públicas (podendo ser federais, estaduais ou municipais) ou privadas, sendo que todas as instituições não públicas eram referenciadas como privadas. Recentemente a legislação criou uma terceira figura jurídica, as instituições de ensino comunitárias,¹ que fundamentalmente são aquelas que não visam lucro privado e reinvestem todos seus recursos em projetos educacionais, caso este em que se situa a Universidade Católica de Pelotas, objeto do presente artigo.

As universidades comunitárias, no entanto, embora não estejam na lógica das públicas no que diz respeito à disputa por orçamentos e ao mesmo tempo não estejam apenas preocupadas com a questão mercantil do processo educacional, sofrem as mesmas consequências derivadas do processo de desmonte e mercantilização da educação, visto estarem no mesmo ambiente econômico (mesmo mercado) competitivo, privatizante e de busca de “enxugamento” de suas estruturas. No entanto, mesmo nestas condições existe uma preocupação bastante grande das instituições comunitárias em dar respostas às algumas questões sociais, seja por questões regionais, seja por interesses de congregações confessionais. Nesse sentido os projetos de extensão sempre tiveram um papel relevante até mesmo na identidade destas instituições.

Este viés comunitário da UCPEL é, pois, que permitiu o surgimento e consolidação inicialmente da INTECOOP e posteriormente do NESIC enquanto núcleos de extensão voltados à construção da economia solidária em Pelotas e região. Toda esta intervenção extensionista de 20 anos carregou as contradições próprias da necessidade da UCPEL se vincular mais fortemente às questões sociais e regionais enquanto uma instituição comunitária e os limites decorrentes do contexto de crise econômica vivido pela região durante a maior parte deste período, bem como as dificuldades específicas enfrentadas pela Universidade. Não só isso, mas também as contradições de um modelo de universidade e sociedade voltado à reprodução do capital por um lado, e de setores buscando construir outras formas de sociabilidade e dinâmica econômica. Esta contradição não existe de forma isolada em uma e ou outra unidade educacional, mas faz parte da própria lógica governamental nos momentos da definição de alocação de recursos. Isto ficou evidente quando os recursos para as incubadoras empresariais recebiam recursos muitas vezes superior aos projetados para as incubadoras de base social e comunitária, algo que ocorreu nos diversos governos que se sucederam neste período analisado.

O surgimento de uma articulação nacional universitária voltada ao mundo do trabalho: UNITRABALHO E ITCPs

O surgimento da UNITRABALHO

A primeira experiência no Brasil de uma articulação intra universitária voltada à discutir e apoiar o mundo do trabalho por parte das universidades brasileiras ocorreu a partir da criação da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), registrada em cartório

¹ São consideradas ICES as organizações da sociedade civil brasileira, que possuem, conforme previsto na Lei nº 12.881/2013, cumulativamente, as seguintes características: (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; (iii) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (iv) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (v) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; (vi) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e (vii) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/instituicoes-comunitarias>

com identidade jurídica em junho de 1996.

A UNITRABALHO foi constituída a partir da iniciativa de alguns reitores que perceberam a existência de projetos de pesquisa e de extensão voltados à esta temática, bem como sabiam que existia uma pressão para que as universidades brasileiras fossem mais ativas na busca de saídas para a crise que o país vivia nas décadas de 1980 e início da década de 1990.

A UNITRABALHO tinha uma espécie de comitê gestor composto por alguns reitores e criou uma figura jurídica que tivesse condições legais de elaborar e disputar projetos de políticas públicas que articularassem ações voltadas ao fortalecimento do chamado mundo do trabalho, tanto editais nacionais como internacionais. Seria uma espécie de articuladora de projetos e também buscaria pressionar as instituições públicas para que as mesmas direcionassem recursos públicos através de editais e convênios voltados ao mundo do trabalho.

Durante esses anos iniciais (final da década de 1990), diversas universidades brasileiras, através de pesquisadores e extensionistas, e com o aval de suas respectivas reitorias, começaram a se vincular à UNITRABALHO. A partir do final desta década (1998) foi construído, a partir desta entidade, uma articulação de algumas experiências vinculadas especificamente à economia solidária, posteriormente denominada de Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS).

Uma breve historia das ITCPS no BRASIL

A primeira ITCPS, com este nome e esta sigla, e que impulsionou o surgimento das demais, apareceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1996. Nasceu diretamente de uma demanda da Fundação Osvaldo Cruz, que estava às voltas com problemas relacionados à delinquência nos morros que rodeavam seu campus, com repercussões sobre o cotidiano da vida universitária (Santos e Cruz, 2008).

A discussão se instaurava a partir de uma velha questão: o que as universidades podem fazer para reverter o quadro de miséria das populações mais pobres? Os integrantes da COPPE se perguntavam se toda aquela tecnologia que era pesquisada e gerada ali se revertia em geração de renda e melhores condições de vida para os trabalhadores, ou ao contrário.

Outras alternativas já tinham sido buscadas num passado muito recente: incubadoras de empresas, qualificação profissional etc., mas sempre sob muitas críticas em relação à sua eficácia. Daí surgiu a ideia de “subir o morro” e de fazer o morro descer à universidade: criar uma incubadora de “empresas populares”.

Haveria de ser uma incubadora “tecnológica”, porque haveria que se compreender que a tecnologia não deve estar apenas a serviços de poucos; além disso, tecnologia é todo conhecimento que se instrumentaliza com fins específicos.

Uma incubadora tecnológica de “cooperativas”, porque esta era a forma jurídica mais acessível a grupos de trabalhadores que precisam montar uma empresa e não detêm capital; além do mais, o caráter igualitário das origens do cooperativismo se prestava muito bem à ideia.

Uma incubadora tecnológica de cooperativas “populares” até mesmo porque segundo Guimarães, (1999) existem deformações no contexto do cooperativismo que implicam em se apropriar dos benefícios oriundos da legislação cooperativa. Tais como: cooperato (uma agência de empregos configurada como cooperativa); coopatrão (uma empresa cooperativa capitalista onde a maior parte das ações está concentrada em apenas um dono), etc.

Assim, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, com o apoio da direção da COPPE começou a trabalhar na UFRJ. Quase à mesma época, um grupo de professores que atuava na Universidade Federal do Ceará, iniciava um trabalho muito parecido e que logo tomou o mesmo nome da UFRJ. Com a ideia percorrendo as universidades do país, logo se propôs um seminário no Rio de Janeiro, onde a experiência da COPPE foi apresentada oficialmente. E em 1998, a experiência já havia

se reproduziu em outras universidades (USP, Federal de Juiz de Fora, Estadual da Bahia, Federal Rural de Pernambuco, Federal do Paraná, Fundação Santo André, Federal de São João Del Rey, Universidade Regional de Blumenau...). Criou-se uma Rede. Segundo Singer, assim sucedeu:

As incubadoras universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação) mas também de ensino e pesquisa. O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando (...). A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva (Singer, 2002:123).

Nesse contexto, imediatamente posterior à reunião de 1998 que articulou algumas experiências universitárias de economia solidária, foi que um grupo de professores da UCPEL, se articulou e criou um núcleo de extensão voltado ao mundo do trabalho.

Foi neste período que a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), fez funcionar o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), que financiou seis incubadoras ao longo de dois anos.

Outro impulso foi dado com a vinculação da Rede de Incubadoras à Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, que vinha se construindo à mesma época e que reunia núcleos e pesquisadores de dezenas de universidades no Brasil. Ao juntar as duas redes, ambas se potencializaram: a experiência das incubadoras passou a ser vista como um grande cartão postal para a Unitrabalho, e a estrutura de núcleos da Unitrabalho permitiu multiplicar as experiências das incubadoras. Hoje as duas redes estão separadas (Cruz, 2004).

No primeiro momento, a articulação na UCPEL se deu a partir da Rede Unitrabalho, sendo que logo que surgiu a Rede ITCPs, passou a integrá-la também. Durante alguns anos, a Rede ITCPs era apenas “um braço” da Unitrabalho, com um trabalho focado especificamente na economia solidária, enquanto a Rede Unitrabalho abarcava diferentes frentes de extensão e de pesquisa vinculadas ao mundo do trabalho de forma mais geral.

Em seguida, nasceram outras incubadoras que continuam se articulando em rede, pois se, por um lado, o projeto ITCP representava uma inovação na forma de buscar respostas às exigências do desenvolvimento econômico local impingindo aos setores excluídos, por outro, sua consolidação depende de estratégias locais e articulação nacional (Guimarães, 2000).

O contexto de Pelotas e região e o papel da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

Localizado na região sul do Rio Grande do Sul, o município de Pelotas, de acordo com o último censo (2010), tinha uma população de 328.275 habitantes (IBGE, 2012) e o motor de sua economia, que em sua fundação foram as charqueadas e após baseavam-se na indústria,² é hoje basicamente a área de serviços. Pelotas localiza-se na chamada Região Sul, a qual se articula através de uma mobilização política e regional denominada de COREDE SUL (Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul), que abarca 22 municípios. Durante muitos anos (durante a

² A economia de Pelotas surgiu e se consolidou com a indústria do charque, principalmente no período da Guerra do Paraguai, onde a cidade abastecia as tropas brasileiras. Com a crise da República Velha e início do período Vargas, Pelotas começa a migrar sua economia para a agricultura e posteriormente para a indústria de enlatados, a qual foi bastante forte na década de 1970.

República Velha e início da década de 1930), esta região foi considerada a mais rica do estado do Rio Grande do Sul, inclusive com um banco local (Banco Pelotense). Já no período militar Pelotas começou a sua crise econômica, processo que aos poucos foi se acirrando, gerando uma dinâmica de estagnação econômica regional.

Trata-se de uma região que foge à percepção comum que o resto do Brasil tem em relação ao Rio Grande do Sul, num claro contraste com a chamada 'Metade Norte': enquanto o PIB per capita estadual (RS), para 2015, situava-se na faixa dos R\$ 34 mil/ano, na Metade Sul ele foi de R\$ 16 mil/ano; enquanto o IDH geral do estado é 0,746, o da Metade Sul é 0,6976; a Metade Sul corresponde a 26% da população gaúcha, mas contribui com apenas 17% do PIB estadual.³

Nesta região, Pelotas e Rio Grande se constituem os dois maiores municípios e conformam o maior PIB da região. Com uma longa extensão territorial e uma economia muito concentrada, a maior parte desta região é considerada área de latifúndio.

Neste contexto, com o passar dos anos e com a crescente taxa de desemprego, uma parcela significativa dos trabalhadores pelotenses começaram a buscar na economia solidária uma oportunidade de geração de renda.

No final da década de 1990, com o apoio da Cáritas Diocesana, e buscando organizar os diversos empreendimentos que se formavam de forma desarticulada e sem uma orientação mais coesa, foi fundado o Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária de Pelotas. Este se configurava como um espaço de articulação dos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, com vistas a fomentar as discussões acerca da economia solidária na região. Nesse fórum se reuniam mensalmente os trabalhadores da economia solidária para discutir os caminhos, as possibilidades e os rumos de seu trabalho. No entanto ainda era uma articulação incipiente, muito focada em empreendimentos originados do trabalho da Cáritas de Pelotas.

O surgimento de um trabalho de extensão da UCPEL voltado ao mundo do trabalho

Neste contexto (1999) é que surge um grupo de professores da UCPEL dispostos a organizar dentro da universidade um espaço de articulação e apoio à atividades ligadas ao mundo do trabalho (oficialmente em 12/10/1999). Esta iniciativa consistia na construção de um núcleo da UNITRABALHO dentro da UCPEL. Dentre estes professores,⁴ três tiveram um papel destacado neste processo. O professor Antônio Cruz, que embora não esteja mais na UCPEL, atualmente ainda atua no núcleo de economia solidária da UFPEL, o professor Marcos Kammer, primeiro coordenador do núcleo da UCPEL e o professor Reinaldo Tillmann, segundo coordenador da INTECOOP UCPEL e que até sua aposentadoria e desligamento da universidade em 2018 manteve-se vinculado ao núcleo de economia solidária.

A construção da INTECOOP UCPEL pode ser considerada como o segundo projeto de extensão permanente da instituição. O primeiro seria o CETRES (Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade), o qual já possui mais de 25 anos de existência.

As primeiras ações da INTECOOP, ainda em 1999, foram pontuais e de articulação institucional e

³ Dados da FEE reproduzidos do projeto Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS – Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE nº 4/2011.

⁴ Ana Luisa Xavier Barros (assistente social); Antônio Carlos Martins da Cruz (historiador e economista); Gabriela Scur Silva (economista); Yeda da Silva Porto (pedagoga); Eliana Moura (psicóloga); Jairo Nogueira (assistente social); Marcos Kammer (filósofo); Renato Della Vecchia (sociólogo); Matilde Contreras (pedagoga); Pedro Ernesto Andrezza (estatístico); Antônio Garcia (administração); Adelina Baldissera (serviço social); Rosane Vieira (pedagoga) e Reinaldo Tillmann (advogado). Além destes professores, ainda integravam a equipe as bolsistas Maria da Graça Porto e Aline Mendonça dos Santos (atualmente professora da UCPEL e membro da Coordenação Nacional da Rede de ITCPs).

definição de metas e ações a serem desenvolvidas. Basicamente foram configuradas as linhas fundamentais que definiram o projeto INTECOOP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), denominação essa que passou a ser utilizada por inúmeros núcleos da UNITRABALHO que tinham foco na economia solidária.

Já no ano 2000, além de ações pontuais como debates públicos,⁵ cursos para alunos interessados, organização do Encontro Estadual dos núcleos UNITRABALHO (a UCPEL sediou o primeiro encontro no estado do Rio Grande do Sul - RS), neste momento foram selecionados os cinco (5) primeiros grupos a serem incubados: Unimetal (uma pequena cooperativa originada a partir de uma metalúrgica que tinha encerrado suas atividades e que envolvia 22 ex funcionários); Coopernova (cooperativa de prestação de serviços de limpeza e vigilância que passou a prestar serviços para a própria UCPEL, envolvendo 41 pessoas); Coopal (cooperativa de pequenos agricultores produtores de leite da região sul, localizada em Canguçu); CRIAS BGV (proposta de uma cooperativa de reciclagem formada por trabalhadores desempregados de um bairro da cidade) e a Cooperdunas (cooperativa de produção de materiais sanitários, pequena fábrica artesanal que produzia kits sanitários para habitações populares a partir de uma articulação com a Prefeitura Municipal).

Ainda nesse ano a UCPEL, juntamente com mais sete universidades, participou da organização e implementação da Universidade do Trabalhador, que consistiu em um convênio com o Governo do Estado e que viabilizou cursos de extensão sobre a História do Trabalho para trabalhadores não vinculados às universidades.

Neste mesmo ano ainda houve dois importantes movimentos coordenados pela incubadora. O primeiro deles foi a construção de um projeto de pesquisa (aplicado em 2001) e que foi resultado de um convênio entre a UCPEL e Governo do Estado do RS (através da Secretaria do Trabalho e do Gabinete da Metade Sul), juntamente com Prefeitura Municipal de Pelotas, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Centro de Assessoria Multiprofissional de Porto Alegre CAMP. Este projeto de pesquisa, (intitulado “Levantamento, Conceituação e Tipologia de Iniciativas de Economia Solidária e Autogestão - Um estudo de caso: A Metade Sul do RS”), buscou mapear todas as iniciativas de economia solidária das regiões Sul, Centro e Campanha, envolvendo 6 municípios de médio porte (Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana e Livramento). Trata-se do primeiro mapeamento da economia solidária no estado. Posteriormente, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (que nesta época ainda não existia), foram realizados posteriormente dois mapeamentos nacionais (2003 e 2009, sendo que nos dois momentos a UCPEL participou coordenando a pesquisa na região). Este projeto construiu uma tipologia da economia solidária e identificou o que existia disperso e sem uma identidade clara até aquele momento, embora fossem empreendimentos que tinham as características típicas de economia solidária.

O segundo movimento foi a participação na construção de um espaço de convivência e de articulação de atividades econômicas no bairro Dunas,⁶ um dos espaços mais pobres da cidade. Este projeto foi um convênio entre a GTZ (Agência para Cooperação Técnica Internacional – República Federal da Alemanha, Governo do Estado do RS, Prefeitura Municipal de Pelotas e UCPEL. Foi construído um centro comunitário e esportivo (um quarteirão), sendo que na parte externa foram construídos diversos espaços (salas) para comercialização no próprio bairro. Por fim, ao lado deste complexo, um espaço com salas para incubação de empreendimentos econômicos e no andar de cima

⁵ Em abril de 2000, dentro do Projeto Encontros de Conjuntura: Universidade e Trabalhadores, ocorreu uma palestra de Paul Singer, intitulada A Crise do Neoliberalismo e as Perspectivas da Economia no Brasil, quando Paul Singer ainda atuava na condição de professor da Universidade de São Paulo (USP).

⁶ A denominação do projeto era “Planejamento de Qualificação para Gestão Comunitária e Iniciativas de Economia Solidária e Popular: Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Loteamento Dunas- Programa Pro-Renda Urbano.” O projeto é de 2000, mas sua execução inicia propriamente em 2001.

um espaço amplo para reuniões dos moradores do bairro. A participação da INTECOOP UCPEL no primeiro momento, foi no sentido de contribuímos na organização de mecanismos de gestão por parte dos próprios moradores. Em um segundo momento o próprio complexo construído gerou demandas de grupos por incubação de empreendimentos (reciclagem, costureiras, produção de pães,ucas e bolos, açougue cooperativado, etc.).

Metodologia do trabalho de incubação na INTECOOP e NESIC

A metodologia utilizada para a realização das atividades pelo NESIC/UCPEL junto aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), através do processo de incubação, é antes de tudo um processo pedagógico formativo de troca e interação, que permite apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, com a viabilização de mecanismos para sua organização. Além disso, através do processo de incubação, princípios de solidariedade, cooperação e participação entre outros são abordados sistematicamente junto os empreendimentos, podendo ser observados em seu interior as transformações derivadas do processo de incubação, tendo sempre como base principal a autogestão. Como indica Singer (2002), praticar a autogestão exige que os trabalhadores de EES, além de cumprir as tarefas de seu cargo, devem envolver-se com os problemas gerais do empreendimento. Por este motivo é que as oficinas e atividades formativas do processo de incubação são desenvolvidas com o coletivo e as decisões sobre o empreendimento tomadas em assembleias.

Cada universidade constitui uma instituição específica, comportando histórias, debates, contingências, enfim, um número grande de condicionantes que determinam a maneira específica como cada incubadora responderá às suas demandas.

As diferenças regionais, num país tão diverso como o Brasil, se impõem sobre os processos de incubação. Em algumas incubadoras, as cooperativas de camponeses (pequenos proprietários) constituem a prioridade; em outras, grupos mais desfavorecidos das favelas; em outras, ainda, a recomposição dos empregos perdidos em função da quebra das empresas.

Nesse sentido, não é possível construir uma metodologia ou uma linguagem única para realidades tão distintas, pois as iniciativas estão submetidas a um ambiente sócio-econômico distinto em cada lugar, senão mesmo, em cada caso.

Por fim, é preciso perceber que a incubação tem que operar neste espaço de intersecção entre um e outro ambiente. E, portanto, cada universidade busca escolhas metodológicas e estruturas diferenciadas em função de suas condições de trabalho, de sua história institucional, das representações sociais das pessoas que compõem a incubadora, etc.

O espaço da incubação é o espaço da intersecção entre dois saberes que se encontram e se complementam, que se conservam, se negam e se superam em sua relação. Por tudo isto, cada incubadora acabou construindo sua própria metodologia. É provável que isto continue sendo assim. Mas as diferenças não significam que a cada momento se deve “reinventar a roda”. Quer dizer apenas que não pode haver transposições mecânicas, porque nem sempre uma proposta produz os mesmos efeitos sob outras condições.

Mas mesmo que a diversidade seja a tônica quando pensamos em metodologias, alguns princípios são fundamentais para sustentarmos o trabalho de incubação. O primeiro deles, como vimos, é a concepção de construção da autonomia dos grupos em uma perspectiva democrática, ou seja, a construção do processo de autogestão. Um segundo princípio é o da educação popular (Freire, 1978). A educação popular constitui o princípio educativo/pedagógico fundamental da experiência, que permite desenvolver a dialogicidade das diferentes formas de saber representadas pelos diferentes agentes do processo, valorizando os aprendizados individuais e coletivos e possibilitando as suas trocas no interior de uma comunidade colaborativa, sujeito da produção do próprio conhecimento. É o princípio teórico estruturante de todo o projeto. Por fim, a adequação sociotécnica deve ser

compreendida como um elemento fundamental de desenvolvimento das tecnologias sociais. Como perspectiva inspirada nos princípios da educação popular, ela propõe a valorização recíproca das técnicas e tecnologias difundidas e utilizadas pelas comunidades tradicionais e grupos populares, de um lado, e pela pesquisa científico-tecnológica, de outro, num processo cooperativo de formulação de demandas e de pesquisa compartilhada para a busca de soluções tecnológicas sustentáveis e adequadas às condições socioeconômico-culturais dos grupos envolvidos. Do ponto de vista prático isto significa a construção coletiva de processos pré-avaliativos das condições históricas presentes no território, com a identificação de gargalos e problemas gerais e específicos, formulação de prioridades e desenvolvimento de estudos e experiências a partir de mecanismos de pesquisa participante (com o uso de técnicas como o DRP - diagnóstico rápido participativo, a dinâmica de FOFA – fortalezas & oportunidades / fragilidades & ameaças, grupos operativos, rodas de conversa, círculos de cultura etc., que devem ser propostas em função das características de cada situação). Imprescindível também é a necessidade de uma metodologia de avaliação permanente, que visa retroalimentar o processo de incubação, corrigindo eventuais ações de intervenção consideradas inadequadas em função das avaliações.

A partir destes princípios gerais no que diz respeito à metodologias de incubação, tanto a INTECOOP como recentemente o NESIC, utilizaram-se de diferentes metodologias, tanto para selecionar grupos, como para acompanhar o trabalho junto aos empreendimentos. A cada nova situação, novas formas de organização internas eram pensadas para dar conta das necessidades colocadas. Nas primeiras incubações, não havia a necessidade de critérios para a seleção de quais empreendimentos iríamos incubar, haja vista a pouca procura e ou articulação na perspectiva da economia solidária. No entanto, a partir de 2003/2004, com o aumento da demanda por incubação, construímos um processo mais estruturado de escolha de quais empreendimentos iríamos priorizar, processo este caracterizado como sendo uma pré-incubação.

O primeiro procedimento pensado foi a abertura de editais por parte da Universidade, nos quais abríamos um determinado número de vagas de acordo com nossas condições objetivas (número de professores e bolsistas disponíveis para acompanharmos os empreendimentos). Logo após a abertura do edital, aplicávamos um questionário em cada um dos pretendentes à incubação, buscando identificarmos um conjunto de variáveis (grau de coesão do grupo; compreensão sobre autogestão; grau de fragilidade econômica do grupo; viabilidade econômica do projeto, existência de outras possibilidades de apoios externos, etc). Os diversos itens pensados eram pontuados de um a dez (1-10) a partir de questionários e visitas que fazíamos aos pretendentes e de acordo com os critérios estabelecidos pontuávamos uma classificação, buscando grupos mais vulneráveis, com propostas mais consistentes e que tivessem maior capacidade de compreender as concepções autogestionárias.

Também neste momento (2003/2004), as equipes de incubação foram pensadas a partir das áreas de conhecimento que os professores da Incubadora achavam necessárias e que a universidade oferecia. Quando “completas”, cada equipe tinha um estudante de cada uma das seguintes áreas: administração de empresas, ciências contábeis, comunicação social, direito, psicologia, serviço social, pedagogia e uma especialização técnica do ramo da cooperativa (bioquímica, por exemplo, para uma cooperativa de produtores de leite; ou ecologia para uma das cooperativas de seleção de resíduos sólidos...). As equipes eram coordenadas/orientadas por um professor da Incubadora e os estudantes eram (ou deveriam ser, pelo menos) co-orientados por orientadores de estágio do seu curso.

A equipe era sempre coletivamente responsável pelo projeto de incubação, ainda que a “divisão do trabalho” fosse feita a partir das competências de cada um. Isto significava que, ainda que dividissem tarefas, a realização efetiva do projeto era uma responsabilidade de todos.

Entre o “ponto de chegada” da incubação – com o EES consolidado e incubado, e o “ponto de partida” – com um grupo de trabalhadores em condições precárias de trabalho, havia um caminho longo, difícil, sinuoso e nem sempre de chegada certa. Ele era percorrido desde o momento em que a

incubadora – seja através de uma equipe ou qualquer outra forma de estrutura – tomava contato com o grupo de trabalhadores até o momento em que a incubadora encerrasse seu trabalho e o EES se consolidasse de fato, podendo ser gerido pelo coletivo dos trabalhadores sem a interferência da ITCP.

Da INTECOOP à construção do NESIC

A fase que se situa entre os anos 2004 e 2006 pode ser considerada como um espaço intermediário entre dois momentos distintos. De um lado, as primeiras experiências de incubação através da construção da INTECOOP e com forte articulação com o Governo do Estado, de outro, a transformação da INTECOOP em NESIC (2007)⁷ e a adoção de uma política de concentração de ações voltadas à construção de mecanismos de comercialização.

Nesta fase intermediária (2004/2006), é quando a INTECOOP irá consolidar sua metodologia de constituição de equipes multidisciplinares de forma mais articulada, pois também é o momento de maior envolvimento com alguns professores da UFPEL e do Instituto Federal (IF Sul). Como nenhuma destas instituições possuía alguma espécie de incubadora e ou até mesmo núcleo de professores organizados, a relação que estabelecemos foi com professores (e alunos) dispostos a contribuir em processos de incubação. Essa perspectiva buscava não apenas ampliar a discussão da economia solidária e do papel das instituições educacionais no seu envolvimento com o mundo do trabalho, mas também buscávamos algum tipo de colaboração em áreas onde estávamos com alguma debilidade. Nessa perspectiva é que buscávamos parcerias principalmente com o IF Sul no que dizia respeito às questões tecnológicas e com a Faculdade de Educação da UFPEL no tocante à educação popular.

Dessa proximidade, chegamos a constituir uma coordenação conjunta com um professor da INTECOOP, um professor da UFPEL e um do IF Sul (sendo que em alguns momentos a representação não era de professor, mas sim de técnico administrativo da instituição, os quais também estavam envolvidos em incubação).

Posteriormente esta relação nos possibilitou construirmos uma proposta (encaminhada às respectivas reitorias) de constituição de uma única incubadora universitária no município de Pelotas que envolveria as três instituições. Iniciativa esta que não foi adiante por não possuir respaldo oficial das respectivas reitorias.⁸

Neste período as duas frentes principais que nos envolvemos foi com dois projetos vinculados ao Governo do Estado (governo Rigotto). Um dos projetos era vinculado à questão agrária e o outro ao programa denominado de Frentes Emergenciais de Trabalho.

O projeto vinculado à questão agrária, convênio da UCPEL com o Gabinete da Reforma Agrária do Governo do Estado, previa o acompanhamento e apoio à constituição de cooperativas de produtores a partir de alguns assentamentos construídos pelo Movimento dos Sem Terra (MST) na região sul do estado (Canguçu, Piratini, Pedras Altas e Herval).

Já o projeto das Frentes Emergenciais de Trabalho, é resultado de uma política que já existia no governo anterior (Olívio Dutra) e que buscava responder à crise do desemprego através de mecanismos de qualificação para que os desempregados conseguissem se situar novamente no mercado. Durante seis meses, estas pessoas receberiam um salário mínimo e um “rancho”,⁹ e ao mesmo tempo teriam o compromisso de assistir aulas e/ou oficinas que auxiliassem na requalificação

⁷ O projeto de constituição do NESIC entregue à reitoria é datado de novembro de 2006.

⁸ Atualmente a UFPEL constituiu o TECSOL (Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária), e o IF Sul articulou o NESOL (Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Incubação de Cooperativas e Empreendimentos Populares), sendo que o NESIC atua em parceria com os dois núcleos, embora nem sempre nas mesmas iniciativas.

⁹ Sacola com alimentos básicos distribuídas pelo Governo do Estado.

dos mesmos para o mercado de trabalho. Até aquele momento, todos os convênios do Governo do Estado tinham sido com prefeituras municipais, política esta que nem sempre funcionava na medida em que a escolha das pessoas que receberiam os benefícios era das prefeituras e o controle das atividades também dependia da mesma, o que muitas vezes gerava apenas um mecanismo de troca de votos.

Pela primeira vez o Governo do Estado construiu um convênio com uma universidade (UCPEL) com o objetivo de gerenciar o programa Frentes Emergenciais de Trabalho. A partir desse convênio, organizamos quatro grupos (média de 20 trabalhadores cada um) e com isto buscamos construir uma política mais articulada na área da reciclagem de resíduos sólidos.

Este projeto vinha na perspectiva de complementação de outro que já tínhamos mandado para a Fundação Banco do Brasil e estava sendo intermediada pela UNITRABALHO. O projeto em questão seria a construção de quatro galpões (os quais seriam financiados pela Fundação Banco do Brasil) e com apoio da prefeitura municipal para que organizássemos cooperativas de catadores. Como todas as informações que recebíamos da UNITRABALHO é que o projeto (que saiu em nome da UCPEL) tinha sido aprovado, que era apenas uma questão burocrática a liberação dos recursos, teríamos seis meses para qualificarmos os trabalhadores no que diz respeito aos princípios da autogestão e educação popular, bem como nas questões mais técnicas da reciclagem. O recurso das Frentes Emergenciais de Trabalho resolveria a necessidade das pessoas se manterem vinculadas ao projeto neste período de tramitação dos recursos para a viabilização dos galpões (os terrenos seriam cedidos pela prefeitura municipal).

No entanto, a partir de um longo processo de tentativa de obtermos informações mais precisas sobre a aprovação dos recursos e de que forma o mesmo seria encaminhado, em determinado momento fomos informados que embora o mérito do projeto tivesse sido aprovado, o mesmo não estaria apto a receber os recursos porque tecnicamente deveria ter sido assinado por alguma cooperativa e não pela universidade.

Nesse momento já havia uma crise nacional entre a maioria das ITCPs e a direção da UNITRABALHO. Poucas universidades ainda mantinham vínculos com a UNITRABALHO e ao mesmo tempo com a Rede de ITCPs. Cada vez tornava-se mais complicado conciliar a participação nas duas redes ao mesmo tempo. No entanto, a decisão de participarmos ou não da UNITRABALHO não era uma decisão do Núcleo, uma vez que o conselho deliberativo da UNITRABALHO dependia dos reitores. A partir da ampliação desta crise, houve uma decisão da reitoria da UCPEL em não vincular mais a universidade à esta rede. Esta medida coincidiu com outra definição da reitoria, qual seja a solicitação de que elaborássemos um novo projeto, agora com caráter de um núcleo permanente dentro da UCPEL. Por sua vez, a Universidade se comprometeria a manter condições de funcionamento de um núcleo de economia solidária independente da existência ou não de financiamentos externos. Nesse momento é constituído o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC).

NESIC e construção do projeto Bem da Terra

A construção do NESIC, enquanto um núcleo permanente de extensão, exigiu que definíssemos com maior clareza qual o papel do mesmo diante das questões relacionadas ao universo da economia solidária. Os diversos momentos anteriores de incubação nos mostraram que havia um gargalo fundamental a ser resolvido: a viabilidade econômica dos grupos de geração de renda. Tratava-se do problema da comercialização. Com todos os percalços existentes no processo de organização de grupos para produzir (relações internas, qualidade dos produtos, dificuldade de financiamentos, burocracias para legalização, etc), ainda era possível constituirmos grupos que iniciassem algum tipo de produção.

No entanto, existia um problema fundamental que era a comercialização. Isto significava dificuldade de ter produtos com preços atrativos (problemas da escala); locais para comercializar (custos elevados), comercialização isolada em feiras ocasionais, (normalmente uma única grande feira anual), etc.

A partir do momento em que identificamos que esta era uma questão importante, diversos grupos de empreendimentos e entidades de apoio foram chamados para construirmos um grande e único projeto regional que, mais tarde, intitulamos de “Rede de Comercialização Bem da Terra: Comércio Justo e Solidário”.¹⁰

O primeiro projeto, que foi encaminhado para a Petrobrás, visava a constituição de uma rede de empreendimentos que comercializassem de forma conjunta em espaços físicos nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Canguçu, São Lourenço, Jaguarão e Piratini. Na medida em que este projeto foi aprovado, mas sem destinação de recursos, buscamos construir alternativas com menos custos. A partir de um espaço de economia solidária que existia em Piratini (Casa da Mãe Gestante), que possuía uma padaria coletiva, construímos (com apoio da Prefeitura Municipal) o primeiro espaço de comercialização do Bem da Terra. Ao mesmo tempo, organizamos uma feira mensal em frente à UCPEL, bem como conseguimos um espaço de comercialização permanente no Mercado Público de Pelotas.

Mas estas iniciativas, embora importantes, ainda eram insuficientes para dar vazão à quantidade produzida pelos produtores que estavam se vinculando à economia solidária. Para melhorarmos este fluxo, foi construído então a Feira Virtual Bem da Terra, através da criação de uma Associação de Produtores e de uma Associação de Consumidores, que embora com papéis diferenciados, buscavam se complementar na manutenção de uma estrutura que juntasse os interesses dos produtores com os dos consumidores. Com o tempo, o projeto Bem da Terra foi se ampliando enquanto rede e ganhando uma dimensão regional. Como existem outros artigos específicos sobre este processo de ampliação, não discutiremos de forma específica esta experiência.

Por fim, neste mesmo momento e paralelo à construção do Projeto Bem da Terra, também fomos contemplados a partir de uma seleção pública¹¹ com um projeto vinculado à área de reciclagem de resíduos sólidos. A partir da experiência anterior com alguns grupos de catadores no município de Pelotas, optamos por construir um projeto regional, abarcando fundamentalmente aqueles municípios que não tinham nenhuma organização no que diz respeito à coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Para tanto, contatamos 16 prefeituras municipais da região que participaram e/ou apoiaram o projeto. Desde universo, começamos a buscar constituir grupos em dez municípios, sendo que em apenas seis conseguimos consolidá-los. A partir do processo de constituição de cooperativas municipais (só foi possível onde os executivos municipais contribuíram de alguma forma, seja na cedência de galpões, seja na entrega do lixo coletado no município), construímos em um segundo momento uma articulação destas cooperativas para que não ficassem na mão de atravessadores e sem nenhum mecanismo de barganha de preços. Este processo resultou em uma espécie de cooperativa de segundo grau, denominada de Rede Reciclar, onde os grupos se reúnem mensalmente e estabelecem as condições de negociação (valores, quantias, logística, etc) com os compradores. Para além do aumento do ganho individual e coletivo das cooperativas, este processo contribui para que a Associação Nacional dos Catadores se organizasse na região Sul do estado através de representantes

¹⁰ Para maiores informações sobre a Rede Bem da Terra ver o artigo intitulado Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Autogestão e Consumo Consciente a partir da perspectiva Extensionista do NESIC/UCPEL, também publicado nesta seção (número 21) da Revista Otra Economía.

¹¹ Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE nº 004/2011 I - • Nome do Projeto: Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS. • Local de Execução (municípios): Capão do Leão, Piratini, Turuçu, Cristal, Dom Feliciano, Cerrito, Pedro Osório, Pelotas, Camaquã, Chувиска. • Duração: 36 meses

em suas instâncias de decisão do movimento.

A incubação destas duas redes (Bem da Terra) e Rede Reciclar, marca também a migração de um tipo de acompanhamento individual de grupos para a incubação de redes de empreendimentos solidários.

Considerações finais

Ao tentarmos estabelecer uma espécie de “balanço” dos 20 anos em que um grupo de professores e estudantes da UCPEL dedicou o melhor de suas energias na busca de um projeto alternativo de inserção da universidade no mundo do trabalho, fica uma mistura de sentimento de satisfação e angústia.

Satisfação por provarmos para nós mesmos que é possível que as instituições universitárias saiam de suas “redomas” e consigam criar laços sólidos com os setores populares, sem que sejamos vistos, (como fomos no início), como acadêmicos que apenas iam em direção aos movimentos sociais e populares buscando “cobaias” para suas experiências e que ao final das contas esses processo resultaria apenas em pesquisas para abrilhantar currículos, sem nenhum retorno à sociedade. Conseguimos construir uma relação de parceria e reciprocidade com todos os agentes envolvidos, seja no campo como na cidade; movimentos sociais ou agentes públicos. Elaboramos e aprovamos dezenas de projetos, formamos centenas de alunos que com certeza carregam nas suas vidas profissionais uma visão bem mais ampla das questões sociais e da necessidade de construirmos relações solidárias e democráticas em todos os espaços de atuação profissional.

Não discutimos a autogestão apenas no abstrato e/ou apenas como uma dinâmica que os empreendimentos deveriam seguir. Ao longo de nossa história, construímos uma relação absolutamente horizontal. Não foi raro professores perderem suas propostas em reunião do núcleo para estudantes e técnicos que tinham outras propostas de encaminhamento. Construímos coordenações onde professores, técnicos e alunos tinham o mesmo peso nas definições (embora do ponto de vista legal frente à instituição sempre tivéssemos que indicar professores). Não foram poucas as disputas e conflitos que enfrentamos. Muitos deles muito duros, mas o comprometimento com a busca de um novo modelo de sociabilidade e economia não permitiu que em nenhum momento, nestes 20 anos, tivéssemos aberto mão de continuarmos com o Núcleo. Momentos em que a universidade tinha condições e investiu em horas remuneradas para os professores atuarem no Núcleo, bem como momentos em que estávamos quase na condição de voluntários ou com muito poucas horas. Nada disso diminuiu o ritmo de intervenção de nosso núcleo.

Conseguimos realizar uma articulação entre ensino (disciplinas de economia solidária na graduação e no Programa de Pós Graduação em Política Social); na pesquisa (artigos, teses, dissertações, participação em congressos, etc.), bem como uma intervenção consistente na extensão universitária. Conseguimos construir o “famoso” tripé ensino-pesquisa-extensão, tão falado nas avaliações, mas tão pouco presente nas universidades. Construímos dezenas de parcerias, tanto com o setor público como setores organizados da sociedade civil, segmentos urbanos e rurais (MST), alguns empreendimentos com foco na comercialização mas também com funções terapêuticas também (CAPS, CAEX); setor de produção de alimentos, pesca, serviços, artesanato, reciclagem, recuperação de empresas, etc. Trabalhamos as perspectivas de gestão, comunicação, formação política, saúde, contabilidade, logística, relações humanas e outras.

No entanto, se sentimos satisfação por todas as questões elencadas acima, também fica uma angústia muito grande, por percebermos o quanto ainda precisa ser feito para que possamos avançar na constituição de novas relações sociais e econômicas. Por percebermos que muitas vezes trabalhos de longo prazo se perdem em função de interesses menores. Por identificarmos de forma concreta todo o retrocesso que governos comprometidos apenas com o capital estão legando ao nosso país,

onde não apenas a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é desarticulada, como o próprio Ministério do Trabalho e Emprego é extinto.

No entanto, sabemos que por mais que a conjuntura nos apresente um quadro de retrocessos e violências, temos a convicção que esse trabalho, iniciado por alguns e continuado por muitos, terá o vigor para continuar por mais 20 anos ou enquanto for necessário para que a universidade cumpra seu papel social. Muitos dos que iniciaram já se aposentaram ou foram atuar em outras frentes. Mas muitos estão chegando para continuar o processo de consolidação do NESIC. Neste momento dos 20 anos, desejamos vida longa ao NESIC e à economia solidária.

Referencias

Cruz, A. C. M. (2004). É caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. *Cayapa – revista venezolana de economía social*, 8, 36-55.

Dagnino, R. (2004). A relação universidade-empresa no Brasil e o ‘argumento da hélice tripla’. *Revista Convergência*, 35, 29-48.

Freire, P. (1978). *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

Gaiger, L. I. (1998). A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Revista Contexto e Educação*, 50(13), 47-71.

Guimarães, G. (1999). Uma cidade para todos. Em G. Guimarães (Org.), *Integrar cooperativas* (pp. 5-10). Rio de Janeiro, Brasil: Unitrabalho - CUT.

Guimarães, G. (2000). Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. Em P. Singer e A. Souza (Orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (pp. 111-122). São Paulo, Brasil: Contexto.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013). *Perfil dos municípios brasileiros 2012*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64638.pdf>

Neves, L. M. W.; Nascimento, A.; Silva, A. F.; Lima, K. R. S.; Oliveira, M. M.; Algebaile, M. E. B.; Davies, N.; Fernandes, R.R. e Sant’Anna, R. (2002), *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo, Brasil: Xamã.

Santos, A. M. e Cruz, A. C. M. (2008). Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. *Revista e-cadernos*, 2. Recuperado de <https://eces.revues.org/1354>

SENAES (2016). *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília, Brasil: MTE.

Singer, P. (2002). A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. Em B. S. Santos, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (pp. 81-130). Rio de Janeiro, Brasil:

Civilização Brasileira.

Enviado: 15/10/2018
Aceptado: 10/04/2019

Cómo citar este artículo:

Vechia, R. S. D.; Mendonça dos Santos, A.; Nunes, T. de G.; Martins da Cruz, A. e Gotardo, S. (2019). INTECOOP e NESIC: 20 anos de incubação de cooperativas populares na UCPEL. *Otra Economía*, 12(21), 168-183.